



AUDIÊNCIA COMUNITÁRIA EM WENCESLAU GUIMARÃES - BA: DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO ENTORNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA.¹

Monique Thaise Veiga Ribeiro²
Cláudia Pereira de Sousa³

Resumo: *O presente artigo é produto da apreciação dos dados coletados em uma audiência pública realizada na cidade de Wenceslau Guimarães – BA. A audiência estava dentro do roteiro de comemorações dos dez anos de criação da Estação Ecológica Estadual de Wenceslau Guimarães. A pesquisa, através do levantamento bibliográfico, e da análise dos dados obtidos na audiência, objetiva diagnosticar a realidade socioambiental do município em questão, enfatizando a relação da Estação Ecológica com as comunidades do seu entorno e do município em geral. Nesse sentido, a audiência remete a análise crítica do papel efetivo da Unidade de Conservação como mediador das relações ambientais entre os munícipes e os recursos naturais da região, através da educação ambiental e, sobretudo, como agente promotor da participação cidadã para gestão da Unidade.*

Palavras-chave: Estação ecológica; Educação ambiental; Participação cidadã.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado a partir das discussões realizadas durante a audiência comunitária, estabelecida como uma das atividades, do roteiro de comemoração dos dez anos de criação da Estação Ecológica Estadual de Wenceslau Guimarães. Através dos dados coletados nesta audiência, buscamos diagnosticar a realidade socioambiental do município em foco, enfatizando como se dá a relação entre a Unidade de Conservação e a comunidade, revelando se há efetivamente uma política de preservação no município.

Foram feitos levantamentos acerca dos aspectos econômicos, culturais, e ambientais da área em questão, destacando-se nestes, respectivamente, seus potenciais, problemas e suas possíveis soluções. Nesta audiência, encontravam-se representantes dos variados segmentos da sociedade, e principalmente das associações e assentamentos existentes na região. Esta realidade oferece a oportunidade para que, as necessidades e até mesmo os anseios da comunidade sejam conhecidos antes da tomada de decisão sobre a viabilidade de qualquer projeto, fazendo com que, desta forma, possam contribuir para o processo decisório. Concordando com Teixeira (1997, p.186), participação significa fazer parte, tornar parte, ser parte de um ato ou processo, de

¹ Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa de iniciação científica desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Departamento de Ciências Humanas – Campus V.

² Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas – Campus V, lotado no município de Santo Antonio de Jesus, e bolsista da Picin. E-mail: moniquetvribeiro@yahoo.com.br

³ Orientadora, professora Ms. da Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas – Campus V. E-mail: z_cpsousa@yahoo.com.br



uma atividade pública, de ações coletivas. Partindo do pressuposto, o que se vislumbra é a atuação das comunidades, lado-a-lado com a Unidade, numa parceria que busque contemplar os ideais de produção e de exploração com os ideais de garantir a integridade dos recursos naturais.

Portanto, a reflexão em torno das práticas sociais vem reforçar a necessidade de se repensar as ações voltadas para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental. Isso implica, necessariamente, práticas sociais voltadas à disseminação da Educação Ambiental, integrando e potencializando a participação na busca pela resolução dos problemas, como também a consideração das questões socioambientais envolvidas neste processo, ampliando as possibilidades de participação cidadã efetiva, na preservação e na gestão da Unidade de Conservação.

1 – ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE WENCESLAU GUIMARÃES, A IMPORTÂNCIA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

O panorama socioambiental que configura as sociedades contemporâneas demonstra que, cada vez mais, o ser humano age sobre o meio ambiente depredando-o com sua mentalidade “colonial-extrativista”, historicamente construída. Neste processo, observa-se que o modelo de desenvolvimento econômico vigente agrava os problemas ambientais juntamente com as disparidades existentes entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, fazendo emergir com mais destaque as variadas ações referentes à crise ambiental, que está diretamente ligada aos padrões de produção.

No Brasil, a devastação histórica permite compreender o cenário atual, haja vista, sua situação alarmante. A mata atlântica e o cerrado, quase que totalmente destruídos, a caatinga, em avançado processo de desertificação, e a floresta amazônica, que além de sofrer com a biopirataria é fortemente desmatada, abrindo espaço para as plantações de soja e a criação de gado, montam o quão complicada é a situação não só a nível global (aquecimento global), mas também nacional.

Com estas reflexões, torna-se de fundamental importância a conservação da natureza e a preocupação com o desenvolvimento pautado na sustentabilidade. A agenda 21, marco mundial das questões ambientais, estabeleceu parâmetros para conduzir a uma sustentabilidade e conseqüentemente a qualidade de vida às gerações futuras. A partir daí desenvolveu-se todo um arcabouço de medidas concretas visando associar as atividades econômicas com a proteção da natureza.

Nesse contexto, destaca-se a criação das Unidades de Conservação, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (2004), através da promulgação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que acima de tudo, visa assegurar a preservação dos biomas levando em consideração seus aspectos naturais e culturais. Baseado na Lei Federal 9.985 (SNUC, 2004) as Unidades de Conservação se dividem em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Dentro do grupo das Unidades de Proteção Integral são compreendidas várias categorias como, Reserva da Biosfera, o Parque Nacional, a Estação Ecológica (na qual centra-se a pesquisa), dentre outras. No grupo das Unidades de Uso Sustentável estão a APA (Área de Proteção Ambiental), a Floresta Nacional, a Reserva Extrativista etc..



Destacando as Unidades de proteção Integral, utilizar-se-á a Estação Ecológica como categoria de análise. A Estação Ecológica Estadual de Wenceslau Guimarães, (SEMA, 2008) criada a partir do Decreto nº 6.228, de 21/02/1997, situada na região do baixo-sul da Bahia, numa área de 2.418 hectares, apresenta grande diversidade endêmica de fauna e flora da Mata Atlântica. Visa a proteção da natureza atrelada a articulação com os demais segmentos sociais, contando com um conselho gestor criado em 2006 (gestão participativa), o qual possui representantes das comunidades do seu entorno até as universidades que realizam pesquisas científicas, colaborando para a relação cada vez mais harmônica entre a população e a Mata Atlântica.

Dessa forma, as Unidades de Conservação têm em seu Regimento o cunho educacional, no sentido de disseminar a educação ambiental, trabalhando junto às comunidades tradicionais, bem como, aos municípios onde estão inseridas, para que o seu trabalho seja realizado de forma a surtir efeitos visíveis na participação popular a favor da preservação.

2 – AUDIÊNCIA COMUNITÁRIA: LEVANTAMENTO DOS ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DO ENTORNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA.

Em já citada audiência comunitária, realizada na cidade de Wenceslau Guimarães – BA buscou-se, de forma sistematizada, conhecer os diversos aspectos socioambientais que permeiam o entorno da Estação Ecológica, bem como todo o município. Assim, analisando as informações coletadas durante a audiência tem-se, primeiramente os aspectos econômicos. As atividades econômicas do município em questão, de acordo com a percepção da comunidade, estão, basicamente, voltadas à agropecuária, setor que representa historicamente o Estado da Bahia, desde uma produção essencialmente agrícola voltada para exportação, até uma economia industrializada, diversificada, voltada para a atração de investimentos, principalmente externos, e ampliação dos seus pólos de produção.

O agronegócio baiano é um dos segmentos da economia que apresentou, nos últimos anos, as maiores e mais rápidas transformações vivenciadas pela economia do Estado. Segundo dados divulgados pela Secretaria da Agricultura, o desempenho do setor agrícola da Bahia teve admiráveis repercussões, o que lhe valeu posição de destaque no cenário nacional. Esta realidade reflete o quadro vivenciado em Wenceslau Guimarães-BA, haja vista, que a população, tradicionalmente agrícola, busca cada vez mais aumentar e fortalecer a produção, almejando estabelecer-se numa posição estável junto ao *Ranking* da economia estadual, além da estrutura econômica do município que apresenta possibilidades de sobrevivência primordialmente neste setor econômico. Das referidas atividades, enfocando a área de estudo, verifica-se que a representatividade dá-se, como já foi mencionado, no setor agrícola, grande responsável pelo valor do PIB municipal, que está voltado à produção da banana e do chuchu, culturas permanentes, produzidas em grande escala. O setor pecuário não representa destaque, a começar pelo relevo do município que não é adequado para a criação de gado, pois possui áreas íngremes e de altitude elevada, empecilho à atividade por sua condição geográfica.

Destarte, para fomentar o aumento da produção, a população "avança" suas terras pelas áreas de mata atlântica, extraíndo madeira na busca por obter mais áreas férteis, bem como,



para a construção de caixas que servem ao armazenamento de frutas e verduras – chuchu, banana – e para o fabrico de móveis. Esta problemática agrava-se, pois no município há uma Unidade de Conservação (EEEWG), citada anteriormente. A existência da UC no município deveria ser a garantia da preservação, da busca pela sustentabilidade tanto ambiental quanto social, já que a mesma deveria orientar e integrar as comunidades numa gestão participativa, atuando conjuntamente para que, através da Educação Ambiental, se desenvolvessem projetos de natureza informativa, preventiva, e acima de tudo que remetessem a mudança de mentalidade, o que tornaria a função da Unidade mais concreta e efetiva.

Na Audiência, também foram apontados outros ramos de atividade, com pequena representatividade, como o comércio, fábricas (não foram apontadas de que setor, *in locos*, constatamos a existência de fábricas de doces de banana), a piscicultura, a apicultura e a criação de suínos. Este panorama econômico revela o perfil agrícola do município e levanta um grande problema da região, que é o desmatamento. O desmatamento, efetuado no país desde o descobrimento, tem suas funções bem claras, que são essencialmente: a extração ilegal de madeira para fabricação de móveis, ampliação das fronteiras agrícolas, exportação, enfim, busca-se, degradando-se, atingir os objetivos capitalistas do desenvolvimento insustentável, predatório. Linearmente, os problemas relacionados ao desmatamento agravam-se, na medida em que se destroem imensas áreas de floresta, abalando os biomas de forma significativa, extinguindo sua endêmica fauna e flora, e determinando, por estas ações, efeitos à nível global de problemas ambientais, como por exemplo, o Efeito Estufa.

Esta realidade pressupõe um exame dos impactos ambientais, bem como, da relevância de se preservar o meio ambiente baseado na perspectiva da Educação Ambiental. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (*apud* Orth et. al., 2007, p. 27) define a Educação Ambiental como um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Assim, compreender os comportamentos e necessidades dos munícipes perpassa por entender que o sustento do povo vem da terra, e que eles são em sua maioria, produtores rurais, organizados em associações, e assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, sugerindo um trabalho intenso pautado na Educação Ambiental, o qual deveria ser realizado pela Estação Ecológica. O que se examina, superficialmente, é que a atuação da Estação junto às comunidades é bem pontual, como foi o caso da Audiência Comunitária em questão, que contou com a atenção dos diversos representantes da sociedade, e que ouviu suas impressões relacionadas ao município. Esta atitude aparentava um equilíbrio e entrosamento da Unidade com as comunidades, sendo que, além da audiência, a UC possui um conselho gestor participativo, o que demonstrava a Participação Cidadã em seus planos. Este fator, não foi observado, em outro momento além da Audiência, revelando a frágil atuação da Estação junto aos munícipes, que muitas vezes nem se quer ouviram falar da existência de tal Unidade. Empiricamente, a população degrada, polui, explora de forma predatória os recursos naturais da região, dentre outros fatores, pela falta de ação da Estação, pela carência de informativos ambientais, de projetos pedagógicos junto às escolas, e aos agricultores, enfim, é a carência da Educação Ambiental como formadora de cidadãos críticos e conscientes.

Como problemas foram levantados, durante a audiência, além do desmatamento, já apontado, a ineficiente administração pública, que não se articula com estes segmentos na



iniciativa de implantar políticas públicas que atendam as necessidades das comunidades, o que refletiria, positivamente, em todo o município. Foi apontado também a falta de assistência técnica, falta de distribuição de sementes, transportes incipientes para o escoamento da produção e até mesmo de pessoas, o êxodo rural, que pelas dificuldades encontradas no setor agrícola exporta muitas pessoas para a zona urbana, na busca por melhores condições de vida, o uso intensivo de insumos e pesticidas, a presença de atravessadores, que conseguem lucrar dezenas de vezes mais que o produtor, e a modernização das técnicas agropecuárias, as quais estes não conseguem acompanhar, ficando a margem.

Pensando na Administração Pública, responsável pela fiscalização e pelo apoio aos municípios tem-se uma problemática, que não é uma característica local, e sim global, a de que ‘os interesses econômicos estão em posição de resistência ou atrelados aos poderes públicos locais’, situação que dificulta a transparência e legalidade das ações governamentais, que lesam os direitos dos cidadãos em busca de benefícios próprios. Geralmente, é difícil compreender porque algumas ações da Administração pública acontecem de forma tão destoante com a realidade do município, ou melhor, porque algumas vezes as ações não acontecem, mas com um olhar crítico, podemos compreender que, nada mais é do que a vontade particular ou de uma minoria sobrepondo-se à vontade “dos oprimidos” os quais ficam afastados das decisões, servindo apenas como massa de manobra nas mãos dos poderosos que discursam retoricamente a seu favor. Esta problemática tem suas raízes no Paternalismo, no Assistencialismo, e no Clientelismo, “traços” marcantes na história brasileira, que explicam a expropriação de terras e conseqüentemente o latifúndio, a dependência em relação ao Estado distribuidor e protetor, favorecido pela pobreza, como esclarece Giambiagi (2007).

Torna-se necessário compreender que as modificações fundamentais para melhorar a condição de produção e de vida da população brasileira em geral, e neste caso particular dos municípios de Wenceslau Guimarães-BA, perpassam por avaliar o desempenho dos políticos brasileiros, e de como se faz política no Brasil, para melhor enxergarmos os motivos que levam a insatisfação popular e na maioria das vezes sua dependência. Os partidos políticos, muitos com bandeiras revolucionárias, pregam a segurança de um futuro digno, saúde e educação de qualidade, seguridade social, enfim, é um leque de possibilidades ao cidadão pobre e alienado, que se conformam dentre tantas ofertas, a receber um milheiro de blocos, alguns sacos de cimento, ou mesmo uma dentadura, para que se tornem fiéis a bandeira do partido no momento do voto. Esta situação fortalece as disparidades sociais, enfraquece a cidadania, e sobretudo, lesa os direitos e garantias do povo, que recebe a isenção do Estado como retorno ao voto e a lealdade.

Nesse sentido, as necessidades apontadas pelos participantes da Audiência Comunitária em Wenceslau Guimarães-BA, norteiam os entendimentos em torno da falta de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do pequeno produtor rural, e do apoio insuficiente por parte dos órgãos públicos, que não limita-se apenas a Prefeitura e Câmara de Vereadores (leia-se conjuntamente as Secretarias de Educação, Meio Ambiente, e Agricultura), mas também a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.), a qual, politicamente, objetiva contribuir com o desenvolvimento rural sustentável, favorecendo a expansão da agricultura familiar, assegurando qualidade de vida e cidadania ao produtor rural, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que carrega como premissa o desenvolvimento de pesquisas e inovações voltadas a sustentabilidade da agricultura, beneficiando a agricultura brasileira, otimizando sua produção, ao CREA-BA (Conselho Regional de Engenharia,



Arquitetura e Agronomia da Bahia) que visa aproximar os “profissionais do segmento tecnológico e a sociedade”, buscando fiscalizar os projetos e as empresas a fim de garantir a segurança e a defesa da população, a SEMA (Secretaria do Meio Ambiente Bahia) que, atuando no Município em estudo (W.G.-BA), através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), presta assistência técnica e de extensão florestal, já que este programa enquadrado nos municípios do Baixo Sul (segundo a conceituação dos Territórios de Identidade) são específicos do PRONAF FLORESTAL. Este programa, contribui para a implantação de áreas com a cultura de árvores florestais, mais especificamente o Eucalipto, árvore importada da Oceania, que possui um crescimento rápido, se comparado a madeiras nativas de Mata Atlântica, que levam cerca de trinta anos para chegarem a fase adulta, propícia ao corte, e ainda remete aos questionamentos quanto as condições do solo devido ao seu cultivo excessivo. Dentre os órgãos que deveriam apoiar a população de WG-BA, está o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) onde deveria sustentar as políticas de preservação ambiental, já que seus planejamentos visam fiscalizar e agir contra a exploração irracional do meio ambiente, trabalhando em parceria com a população e principalmente às Unidades de Conservação.

Nota-se que a integração entre os diversos segmentos da sociedade é precípua para a concretização da fiscalização ambiental, mas acima de tudo à instrumentalização do produtor rural, para que o mesmo possa desenvolver técnicas de cultivo que favoreçam e otimizem a produção familiar e de larga escala, bem como, que esta produção seja gerada com consciência e responsabilidade ambiental preservando os recursos naturais às futuras gerações. Dessa forma, verifica-se que os problemas apontados na Audiência Comunitária, remetem a busca por um aprimoramento e suporte ao produtor rural, haja vista, que o setor agrícola possui destaque no município. O diagnóstico aponta a fragilidade da ação pública para assegurar os direitos dos munícipes demonstrando que a falta de planejamento e de apoio à agricultura induz a insatisfação dos moradores frente à política municipal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2004) é assegurado, também no setor ambiental, o primordial Princípio da Publicidade. Este princípio, vem ser uma medida legal que permite um maior controle sobre as ações ambientais, na medida em que sugere a “divulgação preliminar” dos projetos ambientais para que os mesmos sejam analisados pelos cidadãos e pela Administração, objetivando que ao tomar a decisão os administradores tenham conhecimento da avaliação da população e desse modo possam ter variadas alternativas de decisão. Deve-se abrir espaço para a articulação entre Administração e a sociedade, para que ambos tenham o direito de opinião, e de participação nas implantações de projetos que possam degradar o meio ambiente ou atingir diretamente comunidades tradicionais, formalizando assim, uma maneira de dirimir os conflitos existentes pela “distância” que separa os governantes e o povo. O Princípio da Publicidade abre espaço para a participação efetiva do cidadão, resguardando, não somente aos administradores a condição de refletir e opinar em relação ao que estiver sendo abordado, como também para o cidadão, já que estará sendo diretamente atingido pelas decisões.

Ainda analisando as informações coletadas durante a audiência tem-se, em seguida a análise dos dados sobre os aspectos culturais da área de estudo. Estes aspectos se destacam na base do local, sendo apontadas como riquezas culturais as manifestações próprias do município, como a festa do padroeiro, o natal das luzes, que acontece anualmente com a criação de um presépio gigante na praça, bem como, com a apresentação esporádica de grupos teatrais e de



capoeira da cidade, cavalgadas, e ciclos de oração (marcadamente de igrejas evangélicas localizadas no município). A tradição cultural de Wenceslau Guimarães se revela na busca por momentos e atividades de lazer, carência exposta pelos indivíduos, no momento do diagnóstico.

Os problemas do setor cultural perpassam pela falta de apoios, financeiro das associações e da prefeitura, e moral da sociedade em geral, que muitas vezes, segundo eles, não prestigiam as apresentações favorecendo a discriminação, sofrida muitas vezes, pela falta de conhecimento sobre o que está sendo exposto. Nesta perspectiva, a participação popular é limitada, pois as vias de acesso, como apontado anteriormente, a escassez de transportes, se tornam um, dentre outros empecilhos, para a comunidade compartilhar as diversas manifestações culturais.

Como terceiro e último ponto abordado durante a audiência tem-se o debate em torno dos aspectos ambientais, que ligam-se diretamente as questões de cunho econômico do município. Apontaram como riquezas a mata atlântica, e neste momento apontaram a Estação Ecológica Estadual de Wenceslau Guimarães como importante para a preservação deste bioma, a bacia do Rio das Almas, fornecedora potencial de água, dentre tantas outras nascentes localizadas no município, solos férteis, devido a sua privilegiada localização. Sendo apontada como riqueza, a Estação Ecológica, assim como sugere todas as Unidades de Conservação, acima de tudo, visa assegurar a preservação dos recursos naturais e culturais, o que integra as opiniões dos munícipes em relação aos trabalhos desenvolvidos por ela, destacando-se que estes trabalhos devem estar o mais próximo possível da população.

Os problemas ambientais apontados refletem, como já foi dito, nos aspectos econômicos municipais, como o desmatamento, a caça predatória, a poluição da águas, pelo lixo e pelos dejetos de agrotóxicos e esgotos, e as queimadas recorrentes durante todo o ano, que frente a outros fatores também acontecem devido às formas de cultivo inadequadas.

Partindo do pressuposto, a Audiência Comunitária favoreceu a participação das comunidades do entorno da Estação Ecológica, bem como aos munícipes de forma geral, pois estes puderam opinar subjetivamente e apontar possíveis soluções para o que levantaram como problemas no município.

3 – PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: POSSÍVEIS SOLUÇÕES LEVANTADAS NA AUDIÊNCIA.

Na audiência comunitária, após muitos debates e envolvimento dos participantes, foram apontadas diversas sugestões que vão em contrapartida aos problemas levantados. Primeiro, a melhoria do ensino para a formação de cidadãos participativos (participação ativa nos espaços políticos) que conheçam seus direitos e deveres. Santos (2003) aponta que o ensino deve ser de qualidade, com respaldo para garantir a construção do saber crítico, politicamente comprometido e, principalmente, audacioso para fazer da escola pública um ambiente de fomentação de autonomia, criticidade, prazer, respeito e exercício constante da cidadania. Em seguida, foi apontada a importância da ética na política, a necessidade de políticos honestos e comprometidos. Esta proposta surge como reflexo a insatisfação com o poder público municipal, o qual para eles é omissivo. As possibilidades destacadas durante a audiência também apontam melhorias infra-estruturais, sugerindo a manutenção das estradas (melhoramento e acompanhamento regular de sua condição), para uma fluidez eficaz da produção e a criação de



novos investimentos na região, já que a facilidade de transportes é um fator considerável para que surjam novos investimentos.

Segundo os participantes, outro quesito primordial é a formação de cooperativas tanto para o fortalecimento da organização dos produtores e para que os mesmos tenham mais autonomia, força e menos dependência do poder público local, como à articulação entre instituições (públicas e até privadas) para fomentar a criação de políticas públicas destinada ao fortalecimento econômico.

Considerando os impactos ambientais gerados pelo modelo de produção, foi indicado, como possível solução a disseminação da educação ambiental, apontada como primordial para o combate ao desmatamento, e a fiscalização para a preservação. É fundamental perceber que nestes discursos a Educação Ambiental sempre é pronunciada, levando à análise de que a população compreende a importância de se pensar criticamente e de implementar projetos educacionais junto a educação básica para a abertura destas temáticas (sobre a preservação ambiental, produção sustentável, agricultura orgânica etc.) as crianças, jovens e adultos, viabilizando a efetivação do objetivo maior da Educação Ambiental e dos projetos de preservação, que é formar cidadão conscientes e críticos da sua realidade.

Percebe-se, portanto, que o diagnóstico revela a omissão do poder público local, a falta de iniciativa dos produtores rurais, já que estes fazem menção à necessidade de se criar cooperativas para uma melhor organização e, sobretudo, demonstram o imperativo da falta de apoio técnico de instituições como a EMBRAPA, EBDA, dentre outros órgãos responsáveis pelo setor agrícola do país e do estado.

As soluções suscitadas para os problemas relacionados aos aspectos culturais se pautam no melhoramento das estradas, para integração dos povoados, e conseqüentemente dos municípios, na participação de todos os segmentos sociais buscando a valorização da pluralidade cultural, na ajuda através de patrocínio que financiem os custos das apresentações, a valorização constante dos grupos de cultura local, no incentivo ao resgate das manifestações próprias da região. Assim, a valorização da cultura típica é marca registrada neste ponto do diagnóstico em Wenceslau Guimarães, o que instiga a necessidade de se manterem os grupos de cultura locais, através do incentivo e criação de novos meios para a difusão dos costumes populares.

Por fim, para os aspectos ambientais, segundo os participantes, a base para as possíveis soluções vêm da Educação Ambiental, haja vista, que ela permite reflexão e compreensão das ações antrópicas, direcionando à uma “ação social corretiva ou transformadora do sistema”, de modo a sensibilizar os atores sociais para a mudança, tendo a Estação Ecológica como sua aplicadora. Indicaram a criação de um aterro sanitário e o incentivo à reciclagem, para um correto armazenamento dos resíduos sólidos, e a conseqüente diminuição da poluição das águas e dos solos, a presença constante do IBAMA para auxiliar na fiscalização contra o desmatamento e as variadas agressões ao meio ambiente, neste momento foi apontada uma solução intrigante, que é o incentivo ao PRONAF FLORESTAL, citado anteriormente, política pública que incentiva a plantação do eucalipto, como forma de diminuir os índices de extração de madeiras nativas, e como forma de aumentar os lucros para os produtores, já que esta madeira tem o seu ponto de corte bem mais rápido (cerca de 5 anos) do que as madeiras nativas (cerca de 30 anos), sugerirão também o fortalecimento da Permacultura e da produção integrada para, desta forma, propiciar uma maior diversidade na produção agrícola municipal.



Assim sendo, a relação direta entre meio ambiente e economia verifica-se mais uma vez, na perspectiva de se estabelecerem políticas pautadas na valorização do local, e de suas potencialidades, como também na premissa de articular Educação Ambiental em todos os projetos para que haja um consumo e produção conscientes, respeitando-se desta forma o meio ambiente.

De forma geral, as propostas reveladas como soluções, pelos participantes, nos três aspectos abordados durante a audiência (econômico, cultural e ambiental), sugerem a intensa participação cidadã, entendida como fortalecedora da autonomia, e, sobretudo como emancipatória, que permite ao cidadão lutar pelos seus direitos. Sugerem ainda, um papel ativo do Estado, que não deve apresentar-se como agente assistencialista da população e sim como agente que garante os direitos reais de qualidade de vida e dignidade social.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos se pautaram na realização de uma audiência comunitária, que contou com a participação de representantes dos variados segmentos da sociedade. Foi realizada também uma pesquisa bibliográfica e cartográfica, para referenciar teoricamente a análise dos dados em questão.

Estes procedimentos objetivaram, através da percepção dos participantes, levantar dados acerca das questões socioambientais no entorno da Estação ecológica, bem como, de todo o município para que, desta forma, pudéssemos formar um banco de dados georeferenciados, e também para que se pudesse desenvolver projetos de acordo com as necessidades apresentadas na audiência, visando promover um desenvolvimento local sustentável.

REFLEXÕES FINAIS

No presente artigo analisou-se as informações suscitadas durante a audiência comunitária. Esta audiência permitiu identificar os principais problemas socioambientais, já que pôde-se conhecer de forma sistematizada a realidade e a dimensão dos problemas existentes do e no entorno da Estação Ecológica, definindo princípios e diretrizes que promovam o diálogo e implementação de ações que proporcionem a melhoria da qualidade de vida e práticas sustentáveis para a região.

Por tudo isso, esta pesquisa de cunho científico, se constitui de fundamental relevância tendo em vista compreender as subjetividades, muitas vezes abafadas pela ciência, ressaltando a importância da participação e organização da comunidade no desencadeamento da sustentabilidade e do desenvolvimento local.

Nesse sentido, torna-se precípuo refletir sobre a relação entre a Estação Ecológica e a comunidade do seu entorno e do município em geral, pois é através deste contato que se pode desenvolver políticas públicas efetivas, considerando as necessidades específicas da área, e também pode-se buscar projetos que promovam o desenvolvimento local sustentável adequando



o modo de produção existente à um modo de produção que associe atividades econômicas a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 33ª edição. São Paulo: Saraiva, 2004.

COSGROVE, Denis E.. **Em direção a uma geografia cultural radical**: problemas da teoria. In: CORREA, Roberto Lobato; RESENDAITH, Zeny (orgs). **Introdução a geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GIAMBIAGI, Fábio. **“Brasil: raízes do atraso”** – Paternalismo versus produtividade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=EEWENCES&p=ESTECOLO>. Acesso em: 02 setembro de 2008.

ORTH, Dora & DEBETIR, Emiliana (orgs). **Unidades de Conservação** – gestão e conflitos. Florianópolis: Insular, 2006.

SANTOS, Luciana Nascimento dos. **Ser educador**: A poética da resistência. Salvador: v. 4, n. 6/7, p. 134-136, jan./dez., 2003.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, **Lei n° 9.985, de 18 de junho de 2000; Decreto n° 4.340, de agosto de 2002**. 5 ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 56 p., 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **As dimensões da Participação Cidadã**. Caderno CRH, Salvador: n. 26/27, p. 179-209, jan./dez., 1997.